

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 123.585 - MG (2020/0027741-4)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
RECORRENTE : JEFFERSON MOREIRA GOMES DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : CAMILA COLNAGO PICOLO - MG196677
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.
PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO.
ALEGADA AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA DELITIVA.
NECESSIDADE DE INCURSÃO APROFUNDADA NO
CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE DE
ANÁLISE NO ÂMBITO DO *WRIT*. PRISÃO PREVENTIVA.
ESPECIAL GRAVIDADE DA CONDUTA. FUNDADO RECEIO DE
REITERAÇÃO DELITIVA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA.
PRECEDENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS.
IRRELEVÂNCIA, NO CASO. RECURSO ORDINÁRIO
CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por JEFFERSON MOREIRA GOMES DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.172385-7/000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante delito no dia 13/11/2019, pelo cometimento, em tese, do delito previsto no art. 157, § 2.º, incisos I e II, e art. 180 do Código Penal. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva, na audiência de custódia.

De acordo com o auto de prisão em flagrante, os agentes renderam as vítimas, com emprego de arma de fogo e mediante agressão, quando elas estavam descarregando mercadorias nos fundos da empresa. Anunciaram o assalto e subtraíram pertences e celulares de todas as vítimas e as levaram para uma sala, onde foram amarradas, sendo algumas delas agredidas com chutes, coronhadas e ameaçadas de morte. Os acusados empreenderam fuga, avançaram sobre o cerco policial, quando foram perseguidos em alta velocidade, colidindo contra um poste de iluminação pública.

A Defesa impetrou *habeas corpus*, que teve a ordem denegada (fls.142-153).

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões recursais, o Recorrente sustenta, em síntese, que não estão presentes os requisitos autorizadores da decretação da prisão preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Salienta que o Recorrente é primário, possui bons antecedentes, residência fixa e rendimentos lícitos (fls. 163-164).

Ressalta ainda que é preciso *"levar em consideração que o fato de tal vítima ou tal testemunha ter afirmado que algo aconteceu, até que se prove sua veracidade, não serve para confirmar em quais circunstâncias ocorreram de fato e se realmente o crime, em si, ocorreu. Portanto, as declarações constantes no boletim de ocorrência não são suficientes para que o desembargador afirme que a conduta do recorrente foi perigosa"* (fl. 166).

Requer a revogação da prisão preventiva do Recorrente e expedição de alvará de soltura em seu favor.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 178-180, opinando pelo desprovimento do recurso ordinário.

É o relatório. Decido.

De início, quanto à suposta ausência de indícios de autoria delitiva, ressalte-se que, constatada pelas instâncias ordinárias a existência de prova suficiente para instaurar a ação penal, reconhecer que os indícios de materialidade e autoria do crime são insuficientes para justificar a custódia cautelar implicaria afastar o substrato fático em que se ampara a acusação, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via do *habeas corpus*.

Passa-se, portanto, à análise da legalidade da segregação provisória.

O Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva Recorrente com base nos fundamentos a seguir transcritos (fl. 101); sem grifos no original):

"[...]

Analizando o contexto, denota-se que o agente em foco têm um péssimo histórico de antecedentes o que demonstra que estão definidos pela senda do crime e a sequência constitui seguramente risco concreto contra a ordem pública; além disso, como realça o MP, não se tratou de ação banal e sim, em tese, ousada e atrevida evidenciando a disposição e confronto conta o estado regular vigente. Isto posto, com fulcro no art. 312 do CPP, CONVERTO a prisão de JEFFERSON MOREIRA GOMES DE OLIVEIRA, em PRISÃO PREVENTIVA, a fim de garantir a ordem pública e conveniência da instrução criminal registrando-se que,

Superior Tribunal de Justiça

no caso, as demais medidas cautelares previstas no artigo 319 e 320 do CPP revelam-se insuficientes para conter a escalada delituosa do flagrado e incompatíveis com o caso concreto.

[...]".

Formulado pedido de revogação da custódia, o Magistrado o indeferiu nos seguintes termos (fl. 31; grifos diversos do original)

"[...]

Com efeito, esta espécie de delito, roubo, cometido em concurso de pessoas, a mão armada, de forma aparentemente tramada e organizada, tem se tornado comum no noticiário local. Coloca em aflição toda a sociedade. Em verdade, há risco para a ordem pública, especialmente considerando que há prova da existência de crime e indícios de sua autoria em modalidade criminal grave. A prematura soltura do agente certamente implicaria em ofensa à Ordem Pública que deve ser garantida. Cria insegurança e descrença nas instituições.

Data venia, se surgiu fato novo, foi no sentido de se garantir o decreto hostilizado. Por outro lado, condições pessoais favoráveis ao investigado, não tem o condão de garantir a revogação da prisão preventiva, especialmente porque há nos autos, em tese, outros elementos que apontam a necessidade da manutenção da sua prisão, friso.

Embora primário, agiu de modo extraordinário. Dois agentes. Arma. Amarraram as vítimas. Fuga em veículo roubado. agressões às vítimas. Não se trata de ação banal, corriqueira. É ato que seguramente releva o temor social, cria receio, insegurança social que abala a ordem pública que deve ser garantida. Uma estreia graduada no mundo do crime."

O Tribunal de origem, por sua vez, manteve a segregação cautelar do Acusado, consignando, *in verbis* (fls. 150-151; grifos diversos do original):

"[...]

Verifico, com efeito, que a prática delitiva supostamente empreendida pelo paciente encontra-se bem explicitada nos elementos carreados aos autos, devidamente apontados tanto na decisão que converteu sua prisão em flagrante em preventiva (ordem 26) quanto na que indeferiu o pedido de revogação (ordem 11), estando presentes os indícios de autoria e a materialidade delitiva, bem como os requisitos dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, os quais, aliás, se afiguram suficientes não apenas à decretação, mas à própria manutenção do acautelamento preventivo.

Extraio, das decisões objurgadas, os trechos que se seguem:

'(...) Denota-se que o agente em foco tem um péssimo histórico de antecedentes o que demonstra que estão definidos pela sendo do crime e a sequência constitui seguramente risco concreto contra a ordem pública; além disso, como realça o MP, não se tratou de ação banal e sim, em tese, ousada e atrevida

evidenciando a disposição de confronto contra o estado regular vigente (...)’ (ordem 26).

’(...) Embora primário agiu de modo extraordinário.

Dois agentes. Arma. Amarraram as vítimas. Fuga em veículo roubado. Agressões às vítimas. Não se trata de ação banal, corriqueira. É ato que seguramente releva o temor social, cria receio, insegurança social que abala a ordem pública que deve ser garantida.

(...)’ (ordem 11).

As argumentações trazidas nas aludidas decisões e os demais elementos encartados no processo estão todos endereçados à conclusão que a suposta prática do crime, tal como se deu, revela destacada gravidade concreta, extraindo-se evidente periculosidade na conduta atribuída ao paciente, o qual, em união de desígnios com o coinvestigado Lucas, teria adentrado uma empresa e rendido as vítimas, no momento em que estava ocorrendo uma operação de descarregamento no local, oportunidade em que os investigados teriam inclusive amarrado os ofendidos e agredido alguns deles fisicamente. Ainda, ao que consta dos autos, o crime teria sido cometido mediante grave ameaça exercida por meio de emprego de arma de fogo, para que os autores pudessem atingir seus objetivos delituosos e que teria sido necessário que os policiais iniciassem perseguição aos autores, os quais, pelo o que se noticia, desobedeceram a todas as ordens de parada dadas pelos militares, em modus operandi que indica ousadia extremada e desvalor à vida alheia.

Com efeito, essas são circunstâncias que potencializam a análise de cuidado e proteção ao corpo social a ser feita no juízo de risco (juízo de periculosidade e não juízo de certeza) próprio desta fase processual, o que me leva a acreditar que não se pode, in casu, falar em ilegalidade ou ausência de fundamentação das decisões constritivas, constituindo-se a manutenção da segregação do paciente em medida necessária para o efetivo resguardo da ordem pública.

Pelos mesmos fundamentos expendidos acima, entendo pela impossibilidade da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois, a meu ver, são insuficientes e ineficazes para plena garantia da ordem pública.

[...]"

Como se percebe, a manutenção da prisão cautelar está suficientemente fundamentada, tendo sido amparada na **especial gravidade da conduta, evidenciada pelo modus operandi do delito** – pois as instâncias ordinárias salientaram que os agentes renderam as vítimas, com emprego de arma de fogo e mediante agressão, quando elas estavam descarregando mercadorias nos fundos da empresa. Logo após, amarraram e agrediram alguns dos ofendidos. Consta, ainda, que os autores

empreenderam fuga, sendo perseguidos pelos policiais, desobedecendo a todas as ordens de parada dadas pelos militares. Tais circunstâncias são aptas a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO TRIPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO. CONDENAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE RECORRER EM LIBERDADE. GRAVIDADE DO DELITO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PACIENTE FORAGIDO. ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NECESSIDADE DE ADEQUAR A CUSTÓDIA AO MODO DE EXECUÇÃO FIXADO NA SENTENÇA.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, dos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o *periculum libertatis*.

2. Segundo o disposto no art. 387, §1º, do Código de Processo Penal, 'o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta'.

3. A sentença condenatória fundamentou a prisão cautelar na necessidade de garantia da aplicação da lei penal, em razão da fuga do paciente do distrito da culpa, desde a perpetração do delito até a prolação da sentença condenatória, no dia 29/1/2019, embora tenha constituído advogado. O mandado de prisão foi cumprido apenas no dia 11/3/2019.

4. Além disso, ressaltou o Magistrado sentenciante o **modus operandi empregado na prática delitiva, uma vez que, mediante o uso de armas de fogo e o concurso de 4 agentes, tendo sido um deles inimputável, restringiu a liberdade de 3 vítimas, uma das quais era idosa. Tais circunstâncias revelam a necessidade da manutenção da custódia cautelar para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.**

5. No entanto, fixado o regime inicial semiaberto para o cumprimento de pena, faz-se necessária a compatibilização da custódia cautelar com o modo de execução fixado na sentença condenatória.

6. Habeas corpus denegado. Ordem concedida de ofício, apenas para determinar que o paciente aguarde o julgamento da apelação em estabelecimento adequado ao regime semiaberto, fixado na sentença, nos termos do parecer do Ministério Público Federal." (HC 502.222/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019; sem grifos no original.)

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. AUSÊNCIA DE NOVOS

FUNDAMENTOS A EMBASAR A CUSTÓDIA. WRIT NÃO PREJUDICADO. REQUISITOS DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA, NO CASO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

[...]

2. No caso, a decretação da prisão preventiva está suficientemente fundamentada, tendo sido amparada na especial gravidade da conduta, evidenciada pelo *modus operandi* do delito - os Pacientes abordaram a vítima em duas motocicletas e, 'com agressividade, exigiram-lhe a entrega da bolsa', e, após, empreenderam fuga e foram abordados por policiais, os quais "foram recebidos por disparos de arma de fogo".

Tais circunstâncias são aptas a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública. Precedentes.

3. Ordem de habeas corpus denegada." (HC 507.400/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 03/02/2020; sem grifos no original.)

Ademais, a Corte estadual destacou que o "*agente em foco tem um péssimo histórico de antecedentes o que demonstra que estão definidos pela senda do crime*" (fl. 101), o que também justifica a segregação cautelar para garantia da ordem pública, ante o fundado receio de reiteração delitiva. Ilustrativamente:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. DELITO PRATICADO EM GOZO DE PRISÃO DOMICILIAR. DESCUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES IMPOSTAS. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o *periculum libertatis*.

2. Conforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade.

[...]

6. Ordem denegada." (HC 550.211/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020; sem grifos no original.)

Registre-se, por fim, que a eventual existência de condições pessoais

Superior Tribunal de Justiça

favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

Ante o exposto, CONHEÇO EM PARTE do recurso ordinário em *habeas corpus* e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora